COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 7.189, DE 2014

Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Autor: Deputado JUNJI ABE

Relator: Deputado HEULER CRUVINEL

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em questão objetiva alterar o inc. I do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, de forma a aumentar de 3% para 5% a reserva para idosos das unidades disponibilizadas através de programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos.

O nobre proponente, para justificar a proposição, faz referência ao fato da atual parcela ser insuficiente para atender às necessidades da população carente de terceira idade, que enfrenta dificuldades em obter condições dignas de moradia, justamente na fase de sua vida em que se encontram mais vulneráveis.

Alega, inclusive, que este problema é sentido ainda mais fortemente nas regiões do interior de nosso país que não foram atendidas por programas habitacionais promovidos pelo governo em décadas passadas.

Por todo o exposto, e ressaltando que a proposta não representa um maior desembolso de recursos nos programas de habitação popular, modificando apenas a forma de sua distribuição, o nobre deputado Junji Abe, defende a elevação para 5% ampliando o alcance do Estatuto do Idoso

Após o pronunciamento desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, o mérito da proposição será ainda examinado pela Comissão de Seguridade

Social e Família, e em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania manifestar-se-á sobre sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Segundo dados do IBGE, cerca de 8% da população brasileira tem mais de 65 anos.No ano de 2050, a população brasileira de idosos será superior a de crianças e adolescentes, segundo projeção do mesmo instituto¹.

Diante de um cenário social em que não se tinha uma legislação que protegesse os nossos idosos, o legislador brasileiro começou a estruturar suas ações em relação aos cidadãos de terceira idade através da Política Nacional do idoso(Lei 8.842/94) que foi o grande marco para extensão desses direitos.

Em 2003, a Lei 10.741 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e deu outras providências.Nesta importante lei foram tratados diversos temas, dentre eles o qual é tópico da presente proposição: a reserva para idosos das unidades disponibilizadas através de programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos

O estatuto do idoso, destina o art. 37 para abordar questões relacionadas a habitação:

“Art. 37º O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

Nesse contexto, fica clara a obrigação do Estado em realizar as medidas necessárias para efetivar os direitos sociais dos idosos, dentre eles o direito a moradia.

O grande obstáculo em questão, é justamente o alcance desta reserva a qual o legislador destinou aos idosos, como se vê:

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

“Art. 38º Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

*I- Reserva de 3% (três por cento) das unidades residências para atendimento aos idosos: .
(...)*

Infelizmente, o nosso país ainda vai conviver, por um bom tempo, com o déficit habitacional urbano, estimado em cerca de seis milhões de unidades, segundo o estudo realizado pelo Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo²

Ademais, vem, em boa hora, a presente proposição que visa minimizar o corrente déficit à parcela populacional das pessoas idosas, visto que aquela realidade, ainda segundo o mesmo estudo, deve se manter crescente nos próximos anos.

A proposição em tela, sobressai-se a partir do momento em que busca minimizar as pessoas idosas estes infestos efeitos do déficit habitacional, propiciando-lhes um aumento na aquisição de imóveis residenciais de programas habitacionais públicos ou subsidiados, através da compra direta com recursos próprios ou através dos financiamentos habitacionais ora existentes

A alteração proposta pelo nobre Deputado Junji Abe, se faz necessária devida a baixa disponibilidade de recursos, e com toda certeza, ao aumento desta parcela da população, que segundo o IBGE, teve um acréscimo de 166% nos últimos 20 anos.

Deste modo, a proposta em tela, esta em consonância com a nova realidade brasileira, e a tendência de forte ampliação na expectativa de vida do brasileiro idoso.

Destacamos ainda, a importância de abordar essa temática para a reflexão do problema referente ao direito à moradia, bem como para a reflexão referente à garantia de um envelhecimento saudável, como é o desejo de pessoas que, muitas as vezes, habitaram em lugares em condições precárias.

Por fim, apesar de eventuais opiniões diversas que poderão advir ao presente Projeto de Lei, com toda certeza, ele deve ser enaltecido, não só por gerar

² Estudo publicado no jornal Folha de São Paulo, edição de 12 de julho de 2011.

um novo alento a uma parcela da população que cresce a cada ano, mas principalmente por fomentar uma justa e honrosa atitude legislativa de proteção ao idoso.

Pelo todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 7.189 de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado HEULER CRUVINEL
Relator